

# DOS SINAIS DOS TEMPOS E DOS SEUS MODOS

Por Guilherme d'Oliveira Martins (\*)

“Cardeal de Fleury (ao Abade de Bernis, que solicitava um lugar):  
- Não, Senhor Abade, enquanto for vivo nada tereis!  
Abade de Bernis: - Então, Monsenhor, esperarei!...”

*Citação de António Alçada Baptista no nº 1 de “O Tempo e o Modo”*

A revista “O Tempo e o Modo” constitui, no início dos anos sessenta, o prenúncio claro de que se preparava uma mudança radical na vida portuguesa. Não podemos compreender o que se passou até 1974, e depois, sem perceber o que a geração dos jovens que lançaram e sustentaram a revista foi capaz de pensar e de agir. Basta lermos o sumário na capa do primeiro número e folhearmos a revista, para percebermos que há sinais proféticos desconcertantes (perante uma certa “desordem estabelecida”) e o anúncio para o País de um caminho cosmopolita, aberto, europeu, assente na democracia. António Alçada Baptista no primeiro texto que assinou usa, aliás, uma espécie de eufemismo, que hoje podemos compreender quase como uma previsão: “se numa sociedade não estiver institucionalizado o modo normal, efectivo e legítimo de formulação e execução da vontade do todo, nomeadamente da sua forma de representação, toda a expressão pública é uma simples forma de opinião e não uma representação da vontade comum”. Em vez da referência às instituições democráticas, para iludir os censores, usa a misteriosa expressão “instituições que pressupõem uma certa dialéctica”. Era o tempo de lançar a semente à terra e de esperar com alguma paciência, como o Abade de Bernis...

Quem lançou a nova revista pertencia a uma geração não-conformista que vinha dos movimentos católicos, do I Congresso da JUC (Juventude Universitária Católica) até ao Congresso proibido da JOC (Juventude Operária Católica), que romperia com o regime e que sabia intimamente que o País não podia perder mais tempo. Em 1945, não tivéramos a democracia, apesar da vitória dos aliados. Ao longo dos anos cinquenta manifestaram-se evidentes contradições, na governação e nas oposições. As gerações que vinham de antes da guerra mantinham os velhos temas e uma lógica de protecção... Mas havia quem acreditasse na exigência de romper fronteiras e de abrir o caminho para as instituições que pressupunham uma certa dialéctica, porque as velhas soluções se revelavam injustas e ineficazes.

Nas eleições presidenciais de 1958 o absurdo do isolamento tornara-se evidente. António Sérgio compreendera-o, no seio da oposição, como mais ninguém. Em vez de sustentar uma candidatura tradicional, defendeu, para surpresa de todos, a apresentação do nome de um militar vindo directamente do regime – o General Humberto Delgado. A partir de então nada ficou como antes. O regime foi abalado e ficou em estado de choque. E esse ano foi fundamental para o lançamento do que viria a ser “O Tempo e o Modo” como símbolo e como alavanca de inesperadas mas inevitáveis mudanças.

António Alçada Baptista iniciara o que designaria como a “aventura da Moraes”. Uma editora da Rua da Assunção fora posta à venda, Alçada aplicou nela o dinheiro que tinha. Havia que aproveitar a oportunidade. Havia um clima propício, havia ideias e existia supostamente público para os livros que tinham de ser publicados, havia jovens voluntariosos, havia os efeitos da candidatura de Delgado e o Bispo do Porto escrevera a Salazar, pondo em causa a natureza do regime...

“É preciso ter presente – diz António Alçada – que, nesse tempo, a Igreja, o Exército, o funcionalismo público e a burguesia de província (estruturalmente ligada à Igreja), constituíam as forças sociais de apoio da situação saída da Revolução de 28 de Maio de 1926”. Havia a “poderosa força da inércia” e a “frágil força da mudança” e um grupo de jovens propunha-se pelas ideias romper os vários conformismos, agitar as águas – com uma “revista de pensamento e acção”. Pedro Tamen, um desses jovens, formularia o programa, com palavras que se revelariam de uma eficácia inesperada. “A acção começa na consciência. A consciência, pela acção, insere-se no tempo. Assim, a consciência atenta e virtuosa procurará o modo de influir no tempo. Por isso, se a consciência for atenta e virtuosa, assim será **o tempo e o modo.**”

Primeiro nasceu uma colecção, que publicou, a abrir, “O Personalismo” de Emmanuel Mounier, traduzido por João Bénard da Costa, que fizera a sua tese de licenciatura em Letras de Lisboa sobre a vida e obra do fundador da revista “Esprit”. A colecção abrangia temas diversos – filosofia e humanismo, política, economia e sociologia, literatura e arte. Tudo começou formalmente por aí. E estava na forja uma revista e um projecto, inspirados na revista de Mounier - fundada em 1932 e dirigida até 1950 por um jovem vindo da École Normale Supérieure, Rue d’Ulm, colega de Sartre e Aron. Albert Béguin sucedera-lhe até 1957 e agora a revista era dirigida por Jean-Marie Domenach... Emmanuel Mounier, pouco antes da morte inesperada, estivera empenhado na criação de uma comunidade que se instalaria na quinta dos “Muros Brancos”, em Chatenay-Malabry, local dos arredores de Paris a que estava associada a memória de Chteaubriand. Sob a mesma influência, o grupo de jovens amigos de António Alçada vivia no entusiasmo de criar uma experiência semelhante, que baptizara como “O Pacto”, inspirada nas “grandes amizades” de Raissa e Jacques.

Era “uma espécie de tentativa de organizar uma comunidade independente do ‘sistema’, onde além de vivermos em comum, tínhamos previsto um conjunto de regras que organizavam essa vida comunitária ao serviço dos outros e sobretudo inteiramente fora de um estilo de vida que era o que estava previsto para o nosso destino” – como confessaria, mais tarde, António Alçada, o patriarca da iniciativa... Quem constituía o grupo de amigos em que se apoiava a “aventura da Moraes”? Eram jovens um pouco mais novos do que Alçada, vindos do “Encontro”, órgão oficial da JUC, e da fundação do CCC, Centro Cultural de Cinema, no anos 57-58. João Bénard da Costa sucedera a João Salgueiro como Presidente da organização e como director do “Encontro”. Pedro Tamen e Carlos Portas tinham sido chefes de redacção. O então

Cónego Doutor Rodrigues (D. António dos Reis Rodrigues) – personalidade irradiante, “assaz excepcional” – apadrinhava e “segurava” o grupo. Nomes? Além dos já referidos: Nuno Cardoso Peres (Fr. Mateus Peres, O.P.), Nuno de Bragança, Nuno Portas, Luís Sousa Costa, Helena e Alberto Vaz da Silva, M.S. Lourenço, Cristóvam Pavia, José Escada, Manuel de Lucena, José Domingos Morais, Duarte Nuno Simões e Mário Murteira.

A preparação do novo projecto começa nas colecções. Já falámos de uma, mas temos de referir ainda o “Círculo do Humanismo Cristão”. Jacques Maritain, G.K. Chesterton, Jean Lacroix e François Perroux são traduzidos. O Padre Manuel Antunes é editado. José Escada concebe a linha gráfica. Um pequeno grupo lança as bases da revista – Alçada, Bénard, Tamen, Bragança, Vaz da Silva e Murteira. António Alçada Baptista seria proprietário e director; João Bénard da Costa, chefe de redacção e Pedro Tamen, editor. Em 29 de Janeiro de 1963, dia dos anos de António, nascia formalmente “O Tempo e o Modo” - revista. Os membros de “O Pacto” tinham votado a designação, preferindo a expressão de Pedro Tamen.

Seria uma revista só de católicos? Se assim fosse, seria uma traição em relação a Mounier, que se demarcara em 1932 de Maritain nesse ponto – propondo um lugar de abertura e diálogo com não católicos. Era preciso abrir espaço. E assim aconteceu. Havia outros católicos de um sector mais técnico (como Adérito Sedas Nunes ou Alfredo de Sousa), havia os jovens estudantes da greve de 1962 (como Manuel de Lucena, Jorge Sampaio, Jorge Santos e José Medeiros Ferreira, decisivos nos recentes acontecimentos) e havia os agnósticos, como Mário Soares e Salgado Zenha, amigos de AAB. Abrir ou não abrir? – eis a questão. Foi feita uma votação. João Bénard recorda: “um de nós sugeriu que se rezasse uma Avé-Maria para que o Espírito Santo nos iluminasse”. Resultado: cinco votos a favor da abertura, dois contra. Abertura decidida!

Perante a deliberação, António Alçada propõe a entrada de Mário Soares e de Salgado Zenha. E ainda entram Adérito Sedas Nunes, Francisco Lino Neto (originário de uma família com tradições no Centro Católico, que fora agredido durante a campanha de Delgado e que fora o primeiro católico a questionar a política colonial do regime), Orlando Ribeiro, de Coimbra, Mário Brochado Coelho, do Porto, além de Jorge Sampaio, Manuel de Lucena, Manuel dos Santos Loureiro. E, para surpresa de muitos, também surgiu o jovem Mário Sottomayor Cardia. Pouco depois entrariam Vasco Pulido Valente, João Cravinho, Francisco Ferreira Gomes e Vítor Wengorovius.

O primeiro número era inequívoco quanto à presença das tendências - “Notas sobre a Perturbação de certas Sociedades Contemporâneas” de António Alçada Baptista; “Em torno da Universidade” de Jorge Sampaio e Jorge Santos; “Oliveira Martins e a Questão do Regime” de Mário Soares; e “O Concílio Vaticano II”, de M.M. (que escondia a verdadeira identidade do Padre António Jorge Martins). Na redacção, a secção que mais críticas suscita é a de “Artes e Letras”. Manuel Poppe fala de “O Manto” de Agustina Bessa-Luís, António Ramos Rosa debruça-se sobre um texto de M.S. Lourenço (“O Doge”), Ruy Belo fala de Herberto Helder... Onde estavam os autores críticos do regime?

Por que razão era dada tanta importância a Agustina? Alberto Vaz da Silva, responsável pela secção, ouviu críticas muito duras... Aliás, falando de críticas, recorde-se uma pequena frase de Alçada no terceiro número, que causaria um autêntico vendaval. Dizia ele que ao “arbitrio de Baptista” se tinha sucedido “o extremismo de Fidel”. Tanto bastou para que houvesse fortes reparos. Mas no quinto número tudo seria ainda pior, a partir de uma referência de Alçada Baptista ao “conformismo da esquerda bem pensante”, de que eram exemplo as práticas habituais da “Seara Nova”... Soares e Zenha procuraram pôr água na fervura, mas uma nova guerra abriu-se. Sottomayor Cardia intervém. A sua aparente candura até ao momento, não fazia adivinhar a violenta reacção que se sucedeu.

Na reunião seguinte da revista, Cardia, falando baixo, como habitualmente, afirmou que o texto de Alçada apenas demonstrava um “sinistro conluio” entre a democracia cristã e a social-democracia, servindo “O Tempo e o Modo” de capa oportuna e oportunista para esse terrível entendimento. Anunciou então que se demitia e que exigia a publicação de uma carta a esclarecer tudo. Mário Soares tentou promover um “comité” que acalmasse o “rapaz”. A diligência pareceu produzir efeitos positivos. Aparentemente Sottomayor Cardia foi serenado e não exigiu a publicação da carta. No entanto, poucos dias depois, a “Seara” publicava a dita carta, com o devido destaque, e foros de escândalo, antecedida de palavras de esclarecimento e de um elogio de Rogério Fernandes, então director da revista da Rua Luciano Cordeiro. Esta dissidência causou perturbação na vida da redacção de “O Tempo e o Modo”. Jorge Sampaio, Manuel de Lucena e João Cravinho inquietam-se. Uma polémica com a “Seara” seria altamente inconveniente. Mário Soares toma a pena e redige um editorial muito hábil, recusando que houvesse um ataque divisionista ou malévolo. “O Tempo e o Modo” não atacou nem atacará a “Seara Nova” – “revista por cujo passado tem o maior respeito e cujo presente aprecia”.

Cada um seguiu o seu caminho, mas no número 6, surgiu novo tema quente. Nesse ano, Vergílio Ferreira e Alexandre Pinheiro Torres envolveram-se numa polémica muito lembrada sobre o neo-realismo. A revista, que não fugia a questões incómodas, fez o seu primeiro número especial sobre o tema. “A Arte deve ter por fim a verdade prática?”. O tema era fogo. E houve que ir buscar quem dissesse que não (o que era afirmação considerada suspeitíssima), sem apresentar sombra de pecado. Jorge de Sena, Eduardo Lourenço, António Pedro, José-Augusto França começaram então a colaborar na revista e novos horizontes se abriam. Mas as vozes do sim foram também ouvidas. Lá estiveram Óscar Lopes (cunhado de Jorge de Sena), José Fernandes Fafe, Mário Dionísio, Baptista Bastos e Luís Francisco Rebelo. Foi, porém, um número civilizado e dialogante, que não deixou calmos ou críticos e os desconfiados. João Bénard da Costa confessa que então percebeu “comme les républicains peuvent être réactionnaires en matière d'art ».

Eduardo Lourenço invoca Florença: « a contradição entre o Poeta e a sua Cidade é possível, é quase fatal. Mas é na Obra que ela se resolve. É ela a verdadeira *praxis* – da qual tudo o mais é sombra – daquele que através dela se sagrou Poeta”. Óscar Lopes fala do “animal político” aristotélico e insiste no “carácter dialéctico das relações entre a arte e a política, entre a arte e

qualquer ideologia ou prática"... João Bénard da Costa fala do Cinema como fenómeno idealista. Numa carta muito interessante José Rodrigues Miguéis responde, sem responder – “o mundo é quanto a mim, um livro aberto... que só progressivamente podemos ler”. E Jorge de Sena, protestando contra o risco idealizante da pergunta, lembra que “toda a grande poesia é *social*, possui *interesse verdadeiramente social*, não teme as limitações internas que acaso tenha aceite, é inimiga das imposições externas, e colabora fecundamente para a construção dessa coisa que vocês teimam em chamar Cidade”. E Sophia começa por dizer que “a poesia, só por si mesma propõe à cidade um fundamento de verdade”.

“De cada vez que saía Agustina, M.S. Lourenço, Herberto Helder ou até Tomás de Figueiredo, sucedia-se uma reunião de emergência” – recorda JBC. Mas acrescenta, com inteira justiça, que “alguns dos melhores textos do pensamento cultural português estão nesta revista”. Jorge de Sena foi invocado em 1967 e reconhecido, a partir da revista. “E hoje algumas das minhas melhores recordações de ‘O Tempo e o Modo’ (é ainda João Bénard que fala) estão com essa guerra das artes e letras. E com algumas pessoas dela como o mozartiano poeta José Bento, colaborador fiel até ao fim (ao meu fim), pessoa como as melhores, grande de mais para este pequeno País”... Mas nesta área sensível (onde pontificavam João Bénard e Alberto Vaz da Silva) Vasco Pulido Valente recorda que tinha a missão de controlar os desvios de direita do chefe de redacção – que consistiam “essencialmente nos critérios por que ele orientava a secção (...), onde colaboravam apreciadores de cinema americano e de Agustina Bessa-Luís (cúmplice da redacção) e detractores do neo-realismo e do realismo socialista”. Afinal, cabia a VPV substituir Agustina, Sena e Régio, por Namora, Urbano e Abelaira e assegurar que as críticas de livros, pintura ou teatro não atrasavam a “grande luta do povo português”...

É o tempo da fundação do MAR – Movimento de Acção Revolucionária, nascido da crise académica de 62, associando pessoas como Jorge Sampaio, João Cravinho, Armando Trigo de Abreu, Nuno de Bragança e Nuno Brederode Santos. Vasco Pulido Valente, membro da agremiação, chega a subchefe de redacção. O MAR “era o esqueleto da maioria”. Havia que controlar a linha política da revista. No entanto, o entusiasmo pelo MAR arrefeceu, Manuel de Lucena exilou-se em Itália, Mário Soares e Salgado Zenha retiraram-se, algo desiludidos, e Vasco Pulido Valente confessa que, a pouco e pouco, “deixara de querer ‘controlar’ João Bénard da Costa e resignava-me a trabalhar simplesmente numa revista em que representava um único papel político útil: o de ‘ateu de serviço’, prova ambulante e falante do ‘desejo de diálogo’ dos crentes”.

Entrara, entretanto, gente nova – como José Lavradio, Luís Filipe Salgado de Matos, Alexandre Bettencourt, Júlio Castro Caldas – que dava vivacidade ao projecto. Manuel de Lucena e Nuno de Bragança, de tempos a tempos, recordavam a pureza progressista. Foi o período “mais coeso e firme” da vida da revista. Com o sinal, desta fase, em 25 de Outubro de 1965 é divulgado um documento que exprime a “posição de alguns católicos” sobre a questão colonial, a partir dos textos e posições do Concílio e dos Papas João XXIII e

Paulo VI. Subscrevem-no 101 católicos – e nota-se a influência nítida do grupo de “O Tempo e o Modo”.

Nos anos de 1966 e 1967, a revista passa para a Avenida 5 de Outubro. Vasco Pulido Valente deixa a chefia adjunta da redacção em final de 66 e João Bénard da Costa graças às suas funções na Associação para a Liberdade da Cultura, que começa por funcionar na revista e depois passará para o Centro Nacional de Cultura, tem maior disponibilidade para se ocupar mais da revista. Em 67, Helena Vaz da Silva entra para o lugar de Vasco Pulido Valente com ideias inovadoras (capa a cores, campanhas para angariar leitores), que, infelizmente, não produzem os efeitos esperados. A situação financeira da Editora e da revista são muito precárias. António Alçada Baptista vê necessidade de tomar algumas medidas de economia e racionalização. As assinaturas andavam à volta das setecentas e a tiragem nunca ultrapassou os mil e quinhentos exemplares. “O Tempo e o Modo” deveria passar da Livraria Moraes para uma sociedade anónima, com dois tipos de sócios – os A com influência real na condução da empresa (AAB, JBC, Pedro Tamen, Nuno de Bragança, Vasco Pulido Valente e Helena Vaz da Silva) e os B, com poderes mais limitados.

Luís Salgado de Matos conduz mais um movimento de abertura da revista. É o tempo da entrada de Alfredo Barroso, Jaime Gama, José Luís Nunes, Alberto Costa – mas ainda de António Reis, Luís Miguel Cintra, Jorge Silva Melo, Nuno Júdice ou Manuel Gusmão. É desse período o reabrir dos grandes debates. Nasce a fórmula dos cadernos, escolhida para fugir à censura prévia, que só se aplicava a periódicos. O caderno sobre o Casamento agita as águas e as consciências. É a abertura à revolução sexual e aos novos comportamentos e atitudes. António Alçada diz, à distância do tempo: “se hoje lermos vê-se que é de uma ingenuidade de catequese”. Talvez haja algum exagero... Para as gerações mais novas, o que se sente é que se trata essencialmente de um gesto pioneiro e de ruptura, que depois deixou de fazer sentido, em virtude da coragem de quem abriu caminho... Apesar de tudo, o livro foi apreendido.

O caderno seguinte tem um título extraordinário: “Deus o que é?” Ainda hoje mantém plena actualidade. O título da autoria de Helena Vaz da Silva é muito forte. Aqui se projecta, com grande vitalidade, também a experiência de Helena à frente da revista “Concilium” (cujo primeiro número foi publicado em Janeiro de 1965) – onde grandes teólogos abriram perspectivas novas de renovação do pensamento da Igreja. Chenu, Congar, Schillebeeckx, Kung, Rahner, Metz, von Geusau são exemplos de participantes activos num projecto que contou com a cumplicidade de Dom Hélder Câmara e de Dom Aloísio Lorscheider, a quem se deve a autorização eclesiástica que permitiu a existência como publicação religiosa periódica.

No caderno de “O Tempo e o Modo” sobre Deus, crentes e não crentes, agnósticos e ateus debatem com vivacidade e inteligência um problema fundamental de sempre. As diversas manifestações da Providência encontram-se e desencontram-se, sagradas e seculares, no tempo actual e sempre. O número, contudo, não foi apreendido, decerto pela dificuldade dos temas e pelo seu carácter – mas se hoje o relermos com cuidado é dos mais subversivos de

sempre... Eduardo Lourenço dirá, com inteira verdade, que é a peça mais significativa publicada em Portugal nos últimos vinte anos.

1968. Salazar deixou o poder. Marcelo chegou com a bandeira da “evolução na continuidade”. Em Maio, os ventos parisienses eram no sentido de mudar de vida. O “barómetro da efervescência” fez-se, naturalmente, sentir na revista. As transições são sempre duras e incertas. Mas o destino estava traçado nos astros. O regime tinha os dias contados. As veredas estavam aplainadas. No número 69-70, de Março-Abril de 1969, António Alçada Baptista deixa a direcção de “O Tempo e o Modo”.

“Convenci-me que, em Portugal, o exercício do pensamento era uma actividade necessária e que muitas pessoas tinham consciência dessa importância” – diz AAB na passagem de testemunho. “Afinal, não é bem assim. A história das dificuldades de ‘O Tempo e o Modo’ é talvez a prova de que estamos a travar um pequeno diálogo que não sei se haverá interesse em trazer a público. Também me pergunto se não serão ainda os mitos a normal porta de saída de uma sociedade mitificada e quanto andam enganados os que julgam que o que é preciso é aprender a pensar. Mas isto faz parte do que mais adiante, um dia, se verá”. De novo, com sinais proféticos, António Alçada deixa quase tudo nas entrelinhas e no que fica por dizer. Do que se trataria, afinal, era de compreender os sinais dos tempos e os seus modos imprevisíveis... Curiosamente, ou talvez não, o número 69-70 é um marco no nosso debate cultural e filosófico. Eduardo Lourenço procura atingir o mito cultural António Sérgio e tenta exorcizar a sua presença, assumindo paradoxalmente a respectiva herança. Como lidar afinal com o “reino da estupidez”? Pondo-nos dentro e não fora. Recusando a sobrançeria de elite e uma certa altivez...

Ao fazer um número temático sobre António Sérgio, “O Tempo e o Modo” assumiu-se como o lugar que podia, contra ventos e marés, interrogar-se sobre uma encruzilhada de influências e de mitos. O número é um manual sobre a cultura política do momento – sobre o tempo que passava e o que vinha e sobre a persistência cívica. António Sérgio permitira, com a sua inteligência e lucidez, abrir um novo capítulo da história portuguesa em 1958. E quando julgava que a sua influência tinha sido nula e o seu magistério tinha fracassado abria espaço para uma nova geração, que, sem ter real consciência disso, lhe pegou no testemunho. António Alçada Baptista (e João Bénard da Costa) igualmente julgaram, no momento em que os seis da revista se completavam e o projecto se esgotava, que talvez tivesse sido inútil o seu esforço. No entanto, a sementeira estava feita. As instituições que pressupunham uma certa dialéctica iriam tornar-se democracia – com todas as virtualidades e limitações. O país abria-se e sofria com isso, mas também ganhava... Ficam os ecos do jovem Jaime Gama a dizer que a leitura de António Sérgio podia “constituir, para muita gente, um bom duche frio, se essas pessoas tivessem a serenidade suficiente para ler até ao fim e reflectir com paciência”. E Jorge de Sena invoca “uma espécie de verticalidade mesmo física, um certo brilho no olhar, uma elegância de gestos e da linguagem, que faziam o retrato vivo de uma dignidade *desocupada*, aqui onde sempre se morreu mal com el-rei por amor dos homens e mal com os homens por amor del-rei”. E José Cardoso Pires diz que o velho ensaísta, alto, esguio e solene, parado sobre nós, estava “como se

lhe tivessem apenas cortado a voz e aguardasse o momento da última palavra”. Sociedade mitificada? Persiste ainda a dúvida. Só o futuro a poderá desvendar... O tempo continuaria. Uma segunda série ilustraria o espírito do tempo, nas sequelas de Maio de 1968 e das influências chinesas. Mas esses são outros contos...

Vasco Pulido Valente sintetiza, de modo exemplar: «‘O Tempo e o Modo’ não foi uma má revista. Longe disso”. A verdade é que “o regime e o PC, ou os seus companheiros de caminho, dominavam e fiscalizavam a opinião pública e a produção académica, ensaística e cultural que se publicava. ‘O Tempo e o Modo’ recebeu e promoveu muitas vítimas deste arranjo, desde Vergílio Ferreira a Eduardo Lourenço, desde Agustina Bessa-Luís a Sophia de Mello Breyner, desde António-Pedro Vasconcelos a João César Monteiro. Tratámos Jorge de Sena como ninguém o tratou em vida e José Régio como ninguém o tratou depois”.

Afinal, usando uma expressão cara a João Bénard, a revista foi «o piano de uma geração que rejeitava simultaneamente a ditadura, o velho republicanismo jacobino e o PC». E Vasco Pulido Valente, activíssimo membro da redacção da revista, recorda ainda que “a censura e o PC, pelo menos, achavam-nos à altura merecedores da sua execração”. Apesar de mil tentativas para suavizar os efeitos devastadores do lápis azul, a censura “demolia” todos os meses “dois terços de cada número, uma proporção altamente anormal, mesmo para as circunstâncias e os hábitos estabelecidos”... Escolhemos, aliás, alguns exemplos gritantes e caricatos dessa sanha absurda.

Tudo isto foi possível graças à generosidade de António Alçada Baptista, que tinha um espírito aberto que favorecia a liberdade, e que perdeu, só na revista, setecentos contos a preços da altura, que hoje significam quase cem mil euros, e de João Bénard da Costa que “conservou, contra ventos e marés, um fervor pela revista e uma convicção da sua importância que o sustentaram a ele e a nós em crises quase diárias e desesperos permanentes”... E esse entusiasta de sempre, de mil causas da inteligência, João Bénard da Costa, reconhece “a satisfação de ter contribuído para uma revista que foi culturalmente marcante e onde se multiplicaram das melhores e menos estúpidas coisas que nesse período se escreveram na imprensa portuguesa”. Aqui diz-se tudo. Os das gerações mais novas reconhecem-no sem sombra de dúvidas. Para além das situações e dos debates, dos momentos de arrufos e das zangas, os animadores da revista tiveram, como poucos, uma lúcida compreensão de que o futuro seria radicalmente diferente e que todos se deveriam preparar para ele...

(\*) A Antologia que se publica da primeira série da revista de “O Tempo e o Modo” faz parte de um projecto que culminará com a publicação em disco compacto da respectiva colecção integral. Pretende-se, assim, tornar acessível para os estudiosos da História contemporânea e para o público em geral um

acervo fundamental para a compreensão do fim do regime autoritário e da transição para a democracia em Portugal. A Fundação Calouste Gulbenkian, através da sua Administração, em especial do seu Presidente Dr. Emílio Rui Vilar e do Prof. Eduardo Marçal Grilo, acolheu, desde o primeiro momento, a ideia do Centro Nacional de Cultura. Sem essa disponibilidade e esse apoio o projecto não poderia concretizar-se.

António Alçada Baptista e João Bénard da Costa foram inexcedíveis no apoio a esta difícil tarefa. Com sacrifício das suas vidas pessoais reuniram as vezes que foi necessário, escolheram textos, releram, lembraram episódios, deram pistas. Alberto Vaz da Silva, Luís Salgado de Matos, Manuel de Lucena, Júlio Castro Caldas, Alexandre Bettencourt reviveram connosco antigas epopeias. Teresa Tamen reviveu o seu código genético ao coordenar a execução do projecto.

Ao publicar-se a antologia em papel, procura-se apenas, com um critério discutível, dar os passos mais significativos da vida da primeira série da revista. No entanto, não nos fica peso na consciência, uma vez que o projecto apenas ficará completado quando tudo estiver reeditado em suporte electrónico.

As informações em que assenta o presente texto de apresentação baseiam-se no trabalho de pesquisa de Leonor Xavier, a quem agradeço o apoio, e nos testemunhos de António Alçada Baptista em “A Pesca à Linha – Algumas Memórias”, Presença, 1998; de João Bénard da Costa em “Os Vencidos do Catolicismo”, Tenacitas, 2003; bem como no artigo “Os Meus Tempos e os Meus Modos”, Diário de Notícias, 9.11.83; e na entrevista concedida a Leonor Xavier no âmbito do ciclo de conferências “Anos 60: os factores de mudança” (Fundação Calouste Gulbenkian, CNC e SEDES, 1990); e de Vasco Pulido Valente, no artigo “Éramos assim absurdos em 1963”, Diário de Notícias, 9.11.1983.